Artigo 87 Código Penal Comentado: Impacto da Revogação Facultativa

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | 14/11/2024



O Artigo 87 do Código Penal trata da revogação facultativa do livramento condicional, uma abordagem chave para entender as nuances legais dessa medida. Ao explorar as disposições específicas do Código, é possível perceber quando e como o juiz pode exercer seu poder discricionário na revogação do benefício. Este artigo traz uma análise aprofundada sobre o alcance e os limites dessa prerrogativa, proporcionando ao leitor uma compreensão clara das implicações jurídicas e práticas.

O livramento condicional é uma etapa importante no sistema penal, permitindo que determinados condenados cumpram parte da pena em liberdade, sob certas condições. O Artigo 87 estabelece que a revogação desse benefício não é automática, mas depende do julgamento criterioso do juiz. Discussões contemporâneas e casos práticos ilustram como essa questão tem sido tratada nos tribunais, refletindo a aplicação prática da teoria legal.

Pontos Importantes

- Artigo 87 aborda a revogação facultativa do livramento.
- Juiz tem discrição na decisão de revogar o benefício.
- Revogação envolve implicações jurídicas e sociais.

O Conceito de Revogação no Código Penal



No Código Penal brasileiro, a revogação de benefícios como o livramento condicional é um tema essencial. Ela pode ser classificada em revogação obrigatória e revogação facultativa, cada qual com suas causas e implicações específicas.

Revogação Facultativa x Revogação Obrigatória

A **revogação facultativa** ocorre quando o juiz tem a discricionariedade de decidir se o benefício será mantido ou revogado. Segundo o Artigo 87 do Código Penal, o juiz pode decidir revogar o livramento se o condenado não cumprir todas as obrigações impostas pela sentença. Esta flexibilidade permite levar em conta circunstâncias atenuantes ou justificativas apresentadas pelo liberado.

Em contraste, a **revogação obrigatória** é mandatória, sem espaço para decisão judicial baseada em circunstancias atenuantes. O Artigo 86 detalha que a revogação é obrigatória caso o

liberado cometa um crime ser condenado a pena privativa de liberdade durante o período de vigência do benefício ou por crime anterior, conforme detalhado aqui.

Causas da Revogação do Livramento Condicional

As causas de revogação são circunstâncias específicas que levam à perda do benefício de livramento condicional. As pautas incluem a prática de crime doloso ou contravenção penal durante o período em liberdade. Além disso, a sentença deve ser definitiva, sem possibilidade de recurso.

Esse aspecto enfatiza a importância do comportamento do liberado, que deve atender estritamente as condições impostas por sua sentença. Falhas nesse cumprimento podem resultar em revogação, conforme explicado por juristas da PUC-SP. Assim, a responsabilidade recai tanto sobre a conduta do liberado quanto sobre a interpretação judicial dos eventos, visando equilibrar a justiça com a reabilitação do indivíduo.

Processo de Concessão e Revogação do Livramento Condicional



O processo de concessão e revogação do livramento condicional possui etapas bem definidas, envolvendo critérios específicos para a concessão, obrigações a serem cumpridas durante o período de prova, e as condições sob as quais ocorre a revogação facultativa.

Condições para Concessão do Livramento Condicional

Para que um condenado possa receber o benefício do livramento condicional, várias condições devem ser atendidas. Primeiramente, ele deve ter cumprido parte da pena imposta em sentença definitiva. O tempo exato varia de acordo com o tipo de crime cometido e o comportamento do condenado.

É o juiz quem avalia se o condenado atende aos requisitos legais estabelecidos na Lei de Execuções Penais. Este benefício busca reintegrar o indivíduo à sociedade, permitindo progressão gradual e monitorada a partir de critérios como o bom comportamento carcerário e a realização de atividades de ressocialização.

Condições e Obrigações no Período de Prova

Durante o período de prova, o condenado deve cumprir diversas obrigações que integram o livramento condicional. A sentença estabelece essas condições, que podem incluir manter endereço fixo, não se ausentar da comarca sem autorização judicial, e comparecer regularmente perante a autoridade responsável.

Além disso, o condenado é incentivado a buscar emprego fixo e a seguir instruções de um oficial de condicional, conforme previsto na Lei de Execuções Penais. O não cumprimento dessas condições pode levar à revogação facultativa do benefício, sendo crucial o comprometimento do condenado com suas obrigações.

Procedimentos de Revogação Facultativa

A revogação facultativa do livramento condicional ocorre quando o condenado não cumpre com as obrigações impostas pela sentença. Nestes casos, o juiz pode optar por revogar integralmente o benefício ou aplicar advertências ou alterações nas condições.

A análise para revogação inclui a realização de uma audiência de justificação, ferramenta importante para o magistrado avaliar as circunstâncias do descumprimento. Dessa forma, o Código Penal oferece um equilíbrio entre a tentativa de reabilitação e a necessidade de assegurar o cumprimento das normas legais.

Implicações Jurídicas e Sociais da Revogação

O artigo 87 do Código Penal prevê a revogação facultativa do livramento condicional, o que tem importantes efeitos legais e sociais. Essas implicações afetam tanto o cumprimento da pena

quanto o processo de ressocialização do condenado.

Efeitos da Revogação sobre a Pena

A revogação do livramento condicional pode ocorrer se o condenado não cumprir as condições impostas pela sentença ou for condenado por novo crime. Isso resulta na perda dos benefícios associados ao livramento e exige o cumprimento integral da pena. A revogação influencia diretamente o planejamento penal, direcionando o condenado de volta ao regime prisional.

Os efeitos da revogação sobre a pena podem complicar o quadro de reintegração posterior, adicionando dificuldades ao processo jurídico. Além disso, o sistema penal utiliza a revogação como uma ferramenta de controle e monitoramento de condenados em liberdade condicional. Este mecanismo assegura que os critérios estabelecidos pela sentença sejam cumpridos.

Impacto na Ressocialização do Condenado

A revogação também traz repercussões significativas na ressocialização do condenado. Quando ocorre a revogação, há um retrocesso no processo de reintegração social, que pode desincentivar o comportamento positivo. O condenado enfrenta desafios adicionais ao tentar se reintegrar à sociedade após retornar à prisão.

A incerteza causada pela possibilidade de revogação pode impactar negativamente o esforço de adaptação social. O apoio externo, assim como o acesso a programas de reabilitação, é essencial para mitigar os impactos negativos da revogação. Portanto, a análise cuidadosa dos casos de revogação é crucial para proteger as oportunidades de reabilitação e ressocialização efetiva.

Discussão Contemporânea e Jurisprudência

Artigo 87 do Código Penal lida com a **revogação facultativa** do livramento condicional. Este artigo tem sido alvo de diversas interpretações modernas e discussões jurídicas. Há um foco crescente na análise de sua aplicação prática e impacto nas reformas penais e na jurisprudência atual.

Interpretações Recentes do Artigo 87

Nos últimos anos, a interpretação do artigo 87 destaca-se no cenário jurídico brasileiro. Juristas avaliam a flexibilidade concedida ao juiz na **revogação facultativa** do livramento condicional. Esta abordagem visa tanto a proteção da sociedade quanto a reintegração social do condenado. A doutrina explora a necessidade de critérios objetivos para evitar decisões arbitrárias, promovendo maior previsibilidade. Estes argumentos são fundamentais em debates sobre a **Lei de Execução Penal**.

Casos Notáveis e Precedentes Judiciais

Os precedentes judiciais associados ao artigo 87 do Código Penal ilustram sua aplicação prática. Em casos notórios, a conclusão de juízes muitas vezes reflete o equilíbrio entre disciplina e recuperação do sentenciado. A jurisprudência demonstra como o artigo é utilizado para revogar o benefício quando o sentenciado viola obrigações estabelecidas, sem configurar pena privativa de liberdade. Esses casos ajudam a consolidar um entendimento claro e coerente nas cortes, influenciando futuras decisões.

Debates sobre Alterações Legislativas e

Reformas Penais



Discute-se intensamente no meio jurídico possíveis reformas no artigo 87. Especialistas debatem a necessidade de mudanças que limitem ou expandam o poder discricionário do juiz. A **revogação facultativa** é central nesses debates, refletindo preocupações com garantias de justiça e eficiência no sistema penal. Reformas propostas frequentemente integram uma análise mais ampla da **Lei de Execução Penal**. Elas buscam adaptar a lei às novas demandas sociais e penais, respeitando direitos e promovendo um sistema mais justo.

FAQ

Artigo 87 do Código Penal aborda a revogação facultativa do livramento condicional, ressaltando quando e como isso pode ocorrer. Ele impacta diretamente a situação penal do condenado, definindo as circunstâncias que podem levar a um retorno ao regime de pena anterior.

Quais são as hipóteses de revogação facultativa do livramento condicional previstas no Código Penal?

O juiz pode optar por revogar o livramento condicional se o condenado descumprir as obrigações estipuladas na sentença. Além disso, a condenação por crime ou contravenção que não resulte em pena privativa de liberdade também pode levar à revogação.

Como o artigo 87 do Código Penal influencia a revogação do livramento condicional?

O artigo 87 concede ao juiz a discricionariedade de avaliar as circunstâncias do descumprimento das condições do livramento condicional. É um mecanismo para assegurar o cumprimento eficaz da pena imposta, com a possibilidade de revogar o benefício quando necessário.

Em que situações a nova condenação pode levar à revogação do livramento condicional?

Uma nova condenação poderá levar à revogação se envolver infrações que não resultem em penas privativas de liberdade, como determinadas contravenções. Isso reflete a seriedade com que o sistema penal encara a conformidade com as normas.

Quais são os efeitos jurídicos e penais resultantes da revogação do livramento condicional?

Com a revogação, o condenado pode perder os benefícios do livramento e retornar ao cumprimento integral da pena em

regime fechado ou semiaberto. Isso implica em significativas mudanças na situação penal e de privação de liberdade.

É possível haver aumento de pena devido à quebra de liberdade condicional?

O aumento de pena, em termos de duração, não é necessariamente automático. Contudo, há uma potencial alteração no regime de cumprimento da pena que pode resultar em uma estada mais prolongada e rigorosa no sistema prisional.

De que forma a revogação do livramento condicional pode impactar o regime de cumprimento da pena?

O condenado pode ser transferido para um regime mais restritivo, como o regime fechado. Essa mudança impacta sua liberdade, refletindo a severidade das regras para aqueles que não cumprem integralmente suas obrigações condicionais.